



DOSSIÊ TEMÁTICO

Sociologia Política e Regimes Políticos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP

Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina

Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues

Coordenação Executiva: Marília Closs

Site: netsal.iesp.uerj.br

E-mail para contato: netsal@iesp.uerj.br

Dossiê Temático nº 9 - **Sociologia Política e Regimes Políticos**

Rio de Janeiro - Dezembro de 2019

Documento de apoio à pesquisa organizado pelos pesquisadores do
NETSAL

Responsáveis Editoriais: Daniel Henrique da Mota Ferreira,
Hellen Oliveira, Maria Eduarda Tavares, Marília Closs, Pedro
Borba, Vitória Gonzalez

Capa: Hellen Oliveira



DOSSIÊ TEMÁTICO

Sociologia Política e Regimes Políticos

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. Apresentação | 2 |
| 2. Sociologia Política e o Brasil Contemporâneo – Victor Piaia e Pedro Borba | 4 |
| 3. Regimes Políticos e o Brasil Contemporâneo – José Maurício Domingues | 10 |
| 4. Perspectivas do Populismo: algumas facetas de um conceito polissêmico – Daniel H. da M. Ferreira e Rafael Rezende | 17 |
| 5. A atualidade do pensamento de O'Donnell e Zavaleta: algumas possibilidades para pensar a conjuntura brasileira – Hellen Oliveira e Vitória Gonzalez | 28 |
| 6. Resenha de O retorno da sociedade – Política e interpretações do Brasil, livro de André Botelho – Felipe Macedo, Leonardo Nóbrega e Lidiane Vieira | 41 |
| 7. Apêndice – Coordenação NETSAL | 47 |

1. Apresentação

O Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina tem o prazer de apresentar seu 9º Dossiê Temático. O Dossiê Temático NETSAL é uma publicação anual do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina. Nele são publicados textos, resenhas, entrevistas, entre outros materiais, sobre o tema que foi objeto de debate pelo núcleo ao longo do ano. Em 2019, o NETSAL fez uma ampla discussão sobre os significados contemporâneos de sociologia política e de regimes políticos. Partimos de um debate de teoria sociológica para observar o estatuto do conceito de regimes políticos, desembocando na validade de pensar um modelo chamado de oligarquias liberais avançadas. Após, adentramos a discussão sobre autoridade e os diferentes autoritarismo e prosseguimos com conversas sobre as definições de fascismo e de populismo na atualidade.

A escolha do tema se deu pelo diagnóstico de que o esgotamento dos ciclos democratizantes no mundo parece apontar para o nascimento de uma nova configuração social. Sobre ela, erigem-se modelos de regimes políticos nunca antes vistos, cujas estruturas precisam ser analisadas rigorosamente, caso se queira encontrar meios para a transformação. O instrumento dessa análise é a sociologia política, mas o que é a sociologia política hoje? Essa provocação, levantada pelos próprios pesquisadores do Núcleo, nos levou a procurar definir o que constituiria a singularidade do campo no tempo presente.

O texto que abre este dossiê, escrito por Victor Piaia e Pedro Borba, discute o conceito e os significados da sociologia política hoje no Brasil. O texto é seguido da contribuição feita por José Mauricio Domingues, que debate a concepção de regimes políticos e faz análise da conjuntura atual a partir do conceito de oligarquias liberais avançadas. Daniel Henrique da Mota Ferreira e Rafael Rezende participaram deste número do dossiê com texto que discute a polissemia que vêm hoje em dia em cima do conceito de populismo, apontando criticamente ausências e acertos no debate. Depois, Hellen Oliveira e Vitória Gonzalez retomam algumas obras de Guillermo O'Donnell e René Zavaleta Mercado para avaliar a atualidade dos textos destes intelectuais latino-americanos. Por fim, Felipe Macedo, Leonardo Nóbrega e Lidiane Vieira apresentam

resenha crítica do livro “O Retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil”, de André Botelho, um dos grandes nomes brasileiros no campo do pensamento social, em cuja obra se encontra uma interpretação renovada acerca dos cânones da sociologia política brasileira. O Dossiê é encerrado com um apêndice onde a coordenação do grupo relata algumas das atividades promovidas por nós este ano.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura!

2. Sociologia Política e o Brasil Contemporâneo

Victor Piaia¹
Pedro Borba²

A sociologia política é um campo interdisciplinar de difícil delimitação, mantendo fronteiras relativamente móveis e baixa institucionalização. Não há razão para afirmar que isso seja uma deficiência a ser suprida, e não é objetivo desse texto mapear e descrever o desenvolvimento histórico desse campo como tradição intelectual.

A pergunta mais fecunda diz respeito aos objetivos subjacentes ao recurso a uma “sociologia política”, isto é, por que razão esse campo pareceu plausível ou necessário em diferentes contextos. Isso porque, no limite, uma definição objetiva do fenômeno acabaria resvalando para os extremos: à primeira vista, a sociologia política seria tudo porque nenhuma sociologia hoje abdicaria de reconhecer-se como interessada nas relações de poder, já que aceitamos uma acepção deliberadamente abrangente do termo. Assim, como negar ou invisibilizar a política é um pecado que nenhum cientista social quer ser acusado de cometer, todos haveríamos de praticar uma sociologia política em seus mais variados objetos de estudo empírico. Dado que são raros os que ainda afirmam a identidade da política com o Estado, a sociologia política seria tudo e, portanto, nada.

No outro extremo, então, o fato desse saber ser nada facilmente se reforçaria pela heterogeneidade das agendas de pesquisa acolhidas sob essa insígnia. Uma chamada pública de trabalhos sobre “sociologia política” por certo receberia numerosas contribuições, mas dificilmente existiria uma coesão espontânea entre elas que identificasse uma comunidade de praticantes ou um claro programa de pesquisa. Entre ser tudo ao mesmo tempo e ser nada na prática, há uma ambivalência que, no limite, nos

¹ Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ) e pesquisador pelo NETSAL. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Pesquisador da FGV-DAPP.

² Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ) e pesquisador pelo NETSAL.

levaria a um critério feyerabandiano em que ela é aquilo que os sociólogos políticos fazem.

*

O primeiro movimento consciente de vinculação da “sociologia” para a explicação de fenômenos políticos possivelmente foi a teoria das elites na virada do século XIX para o XX. A obra decisiva de Pareto sobre circulação de elites é seu “Tratado Geral de Sociologia”, de 1916. Há ali o reconhecimento de uma ciência própria ao domínio coletivo interposto entre o indivíduo e o governo, a “sociedade”, cuja dinâmica serviria de base para derivar o programa de uma ciência política. Desse ponto de vista, mesmo que oriundo da economia histórica alemã, Max Weber é um dentre os elitistas a valer-se da sociologia. Com efeito, quando Schumpeter escreveu sua obra clássica, “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (1961), pedra angular da Ciência Política do pós-guerra, ele reivindicou importar para a análise política as descobertas de dois campos então emergentes, a psicologia social (Le Bon) e a sociologia (Pareto). Nesse sentido, essa seria uma espécie de fundação da sociologia política, desdobrando-se da sociologia como campo científico e, por trás dela, da economia neoclássica.

*

Curiosamente, grande parte dos movimentos posteriores que reivindicaram constituir uma sociologia política a definiram em frontal oposição à herança schumpeteriana. Isso porque, como é sabido, seus desdobramentos exacerbariam o individualismo metodológico por meio da escolha racional e a endogeneidade institucional por meio do procedimentalismo democrático. Com isso, a busca por escala estatística e formalização matemática impulsionaria um insulamento tal da Ciência Política que, em resposta, uma sociologia política se faria urgente. Por certo, outras sociologias seriam invocadas para a tarefa, e descrevê-las iria muito além do que podemos fazer aqui. O que se pode dizer em síntese é que a mobilização de uma sociologia política adquire sentido de contraposição em três frentes: (1) a política não se limitaria às instituições e às eleições, mas se arraiga na família, na educação, no mundo do trabalho, na cultura e em múltiplas formas de engajamento coletivo; (2) a dinâmica social é irreduzível ao comportamento individual, e mesmo este é resultado de uma socialização política que não cabe naturalizar; (3) as instituições políticas precisam ser explicadas a partir de contradições e tendências que emanam das sociedades como processos históricos. Essa seria a feição da sociologia política como contracampo ao institucionalismo liberal.

Nesse contexto, é inevitável o resgate dos precedentes. Afinal, se as instituições políticas precisam ser lastreadas, digamos, na luta de classes, nada mais natural que Marx seja um pioneiro da sociologia política *avant la lettre*. Se estamos preocupados com o processo de socialização subjacente a uma cultura política democrática ou ao “capital social”, é legítimo encontrar em Tocqueville um fundador do campo. Se a preocupação é identificar a autonomia analítica dos processos sociais como determinante do desenvolvimento das instituições políticas, há que se reconhecer o lugar de Montesquieu, que, ademais, o fez por um método histórico-comparativo. Em outras palavras, como negar as inúmeras sociologias políticas que foram feitas sem esse nome?

Esse parece ser o impasse maior de uma definição substantiva do campo, que acaba oscilando improdutivamente entre o tudo e o nada. Por definição substantiva queremos dizer a reivindicação de que é possível delimitar o escopo da sociologia política enquanto tal, seja pela importância atribuída à “sociedade” para a análise política, seja pelo enfoque na relação estado-sociedade, ou pelo enraizamento da dinâmica institucional nas relações sociais. Embora válidas à primeira vista, o risco dessa baliza substantiva é abrir caminho para um anacronismo recorrente no pensamento ocidental, que seria uma espécie de “redução à Grécia”, versão da “redução ao absurdo” que resolve o problema afirmando que ele já estava posto ou solucionado na filosofia grega. Afinal, não seria o animal político aristotélico a formulação inapelável de uma sociologia política?

*

A saída que nos parece mais consistente é substituir a delimitação da sociologia política “enquanto tal” pelos objetivos concretos com que se reivindicou necessário e possível empreendê-la. Em última instância, uma proposta de sociologia política faz sentido porque é capaz de reenquadrar problemas, desvelar aspectos negligenciados, conectar campos de pesquisa e, com isso, estabelecer uma posição inovadora no debate mais amplo. Assim, a sociologia política se constitui como campo, e eventualmente se torna obsoleta e abre espaço para um novo movimento.

Nessa chave, não é necessário supor que toda a reivindicação se realiza como tal, ou seja, de que todos os intentos de renovação do campo chegaram a completar o programa que enunciaram. Por exemplo, a agenda sobre uma “política de confronto” se afirmou nos Estados Unidos a meados dos anos 1990 mediante a necessidade de congregar um audacioso programa de pesquisa, em que a sociologia política seria invocada para mediar e aglutinar o estudo da guerra, da revolução, do estado, do nacionalismo e dos movimentos sociais.

Em retrospectiva, sua consecução parece bem aquém da proposta. Mas é inegável como ela se constitui como campo original e emergente, ou ainda, como um programa de pesquisa progressivo. É da possibilidade de reconstituição como campo original, em direções virtualmente inesgotáveis, que a sociologia política pode ganhar sentido como interação dinâmica entre a Sociologia e a Ciência Política. Em suma, a pergunta essencial não seria “o que é sociologia política” ou “o que ela estuda”, mas sobretudo “o que se quer fazer com ela?”.

*

Para além da crítica aos pressupostos de uma delimitação substantiva do campo, há, na prática, uma série de disputas e reivindicações sobre a sociologia política. O campo é mobilizado em diferentes momentos e por atores distintos, de modo que sua complexa definição não é um impedimento para sua presença como uma das linhagens estruturantes da sociologia brasileira. De modo geral, é possível dividir entre uma sociologia política reivindicada e uma sociologia política reconstruída.

Por um lado, os que reivindicam a sociologia política como campo costumam mobilizar objetos e atores que se associam a uma visão bem circunscrita sobre as dinâmicas de poder. Na sociologia política brasileira se destacam autores como Elisa Reis e Simon Schwartzman, que têm as elites e processos de formação do Estado entre seus principais temas de pesquisa. Mais recentemente, os principais reivindicantes do campo se concentram GT de Sociologia Política Associação Brasileira de Ciência Política, cujo o núcleo se concentra em reflexões sobre as bases sociológicas das elites brasileiras. Ou seja, comumente a sociologia política reivindicada acabam reproduzindo o que Botelho e Carvalho (2017) chamam de sociologia política tout court, fortemente vinculada a temas clássicos da abordagem.

Um exercício que parece mais interessante está nas tentativas de reconstrução do campo da sociologia política a partir de levantamentos bibliográficos ou sínteses de pesquisa no campo. Três textos recentes fazem exercícios nesse sentido. Todos, no entanto, partem de definições substantivas que recaem em problema semelhante ao dos reivindicantes.

Buscando delimitar a autonomia da ciência política institucional da ciência política, Freitas, Almeida e Limongi (2017) reconstróem o que chamam de “trinta anos que mudaram a ciência política no Brasil”. A mudança seria precisamente uma transição de um modelo de análise da política de forte cunho sociológico, para abordagens centradas nas dinâmicas de incentivos internas às instituições de poder. Sem a pretensão

de questionar o argumento central, destaca-se a definição fortemente estereotipada do que seria essa sociologia política superada, que para os autores estaria relacionada às abordagens que buscam determinações macroestruturais para a compreensão da dinâmica política.

Há, no entanto, alguns exercícios reconstrutivos que compreendem o campo de modo mais complexo, acompanhando a expansão do conceito de poder acelerada a partir dos anos 1960, bem como o caráter contingente da disputa política e da dinâmica conflitiva de atores de diferentes naturezas na luta pelo poder. Apesar disso, suas propostas se mostram insuficientes para alcançar a singularidade que diferenciaria o campo.

Perissinotto, Codato e Leite (2018) fazem um levantamento bibliográfico de cinco anos (2013-2017) sobre a produção em sociologia política contemporânea em seis periódicos de ciências sociais. O corpus reúne 739 artigos que foram selecionados a partir do seguinte critério:

(...) trabalhos produzidos nos últimos anos que se referem à política institucional e que têm como objeto as instituições típicas da democracia representativa liberal – os partidos, o parlamento e o Estado burocrático –, e que analisam a conexão dessas instituições com fatores sociais diversos que se encontram, por assim dizer, ‘fora’ delas (2018, p.27).

Ou seja, apesar de se esforçarem em contemplar diferentes visões sobre a sociologia política, acabam reduzindo-a às dinâmicas políticas institucionais, incorporando outras dinâmicas sociais somente na medida em que elas influenciam atores do jogo político.

Botelho e Carvalho (2017) tratam essa questão com maior cuidado ao propor entre uma sociologia política tout court – que reuniria temas clássicos da sociologia política – e um campo da sociologia política – que incorporaria temas e campos de pesquisa mais amplos, reunidos sobre a definição geral que contempla trabalhos que tenham como preocupação a “ênfase em temas centrais como a relação Estado e sociedade e as diversas formas de organização do poder que compõem determinadas relações sociais” (2017, p. 723).

Nesse sentido, ao deixar em aberto “as diversas formas de organização do poder que compõem determinadas relações sociais”, escapam de reduzir o campo ao ambiente ou aos atores institucionais, abrindo espaço para que sejam consideradas como sociologia política dinâmicas sociais com influências mais indiretas.

Esse trabalho reconstrutivo, no entanto, dificilmente é capaz de gerar uma agenda

de pesquisa mais ampla. De certa forma, tornam-se reflexões sobre o passado que incorporam as concepções contemporâneas do que deve ser considerado como sociologia política. Ou seja, se os que se reivindicam costumam ser redutivos, os que reconstróem parecem ser pouco propositivos.

O momento atual parece abrir uma janela para novas abordagens da sociologia política que recuperem o que argumentamos na primeira parte do texto e reelaborem as reflexões consolidadas no campo. Entre os processos em curso, destacam-se diversas mudanças estruturais como a profunda transformação comunicativa acelerada pelas novas tecnologias de comunicação, as mudanças no mundo do trabalho, a crescente vulnerabilidade fiscal dos Estados, entre outros. As rápidas transformações, as inversões de tendência e o surgimento de novos problemas criam um cenário fértil para o desenvolvimento de novas proposições e abordagens que recuperem o melhor do espírito inquieto e inovador que caracteriza o que se costuma chamar de sociologia política.

Referências

BOTELHO, A.; CARVALHO, L. A Sociologia e a Sociologia Política em DADOS. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 60, p. 703-749, 2017.

FREITAS, A.; ALMEIDA, M.; LIMONGI, F. Da Sociologia Política ao (Neo)Institucionalismo: 30 anos que mudaram a ciência política no Brasil. In: Carlos Milani; Leonardo Avritzer; Maria Do Socorro Braga. (Org.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. 1ed.Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, v. 1, p. 61-92.

PERISSINOTTO, R.; CODATO, A.; LEITE, F. Opostos determinantes: a Sociologia Política brasileira no século XXI. In: Miceli, S.; MARTINS, Carlos Benedito. (Org.). **Sociologia brasileira hoje II**. 1ed.Cotia: Ateliê Editorial, 2018, v. II, p. 19-63.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

3. Regimes Políticos e o Brasil Contemporâneo³

José Mauricio Domingues⁴

A proposta desta aula pública é pensar o que considero um tema fundamental nos dias atuais, qual seja, a ideia de regime político. Isso é importante não só do ponto de vista conceitual, mas também em relação ao que significaria em nosso país. O que é o regime político brasileiro hoje? E o que ele pode vir a ser? Trata-se de uma discussão muito antiga, que começou com os gregos, cinco mil anos antes de Cristo, com Heródoto, depois passando por Platão e Aristóteles, consolidando-se com as ideias de monarquia, oligarquia e democracia. Em geral os pensadores dessa época não eram simpatizantes dos ideais democráticos, eles pertenciam à “elite” grega, composta de proprietários de terras e escravos. Não consideravam a ideia de democracia como algo positivo, mas sim conflitivo com os seus próprios interesses.

Como sabemos, os gregos estabeleceram a democracia, não foram o único povo a fazer isso, mas o fizeram. Mas essa discussão ficou adormecida durante a Idade Média. Posteriormente, com o início da modernidade, lá pelos séculos XVI e XVII, retornam as ideias de monarquia, oligarquia e democracia. Esse debate se consolida com a ciência política moderna emergente, e a consolida em parte, por outro lado, para além da filosofia política que emergiu com os gregos e permaneceu, menos saliente, durante a Idade Média europeia.

O liberalismo, por seu turno, surge como doutrina no século XVIII, constituindo um amplo imaginário que apontava para como a sociedade deveria se organizar. Ele se estabeleceu institucionalmente e organizou as sociedades política e economicamente, com

³ Texto baseado em minha Aula Pública por ocasião do Dia de Mobilização em Defesa da Educação, Rio de Janeiro, 13/08/2019 (transcrita por Maria Eduarda Tavares, a quem agradeço). A aula por sua vez se baseia em José Maurício Domingues, *Critical Theory and Political Modernity* (Nova York: Palgrave Macmillan, 2019 – a ser publicado em 2020 em português) e “Political regimes and advanced liberal oligarchy”, *Constellations*, vol. 26 (2019).

⁴ Doutor pela London School of Economics and Political Science e professor do IESP-UERJ.

o Estado liberal e o mercado capitalista, a partir do final do século XVIII, incluindo nisso também a família e os gêneros. Mas o liberalismo não era fundamentalmente democrático, o liberalismo é antes de tudo liberal. Ele pensou os direitos individuais e, mais especificamente, os direitos civis, legais, com o objetivo de que a liberdade fosse exercida na esfera privada, somente de modo derivado se preocupando com os direitos no plano político. A estrutura do Estado inclui, além disso, uma burocracia de novo tipo, que se desenvolveu na verdade lentamente. Ela seria de tipo não patrimonial, sem deter a propriedade, como disse Weber, dos “meios de administração”. Ela deveria servir idealmente à população que, com o fim do absolutismo, era agora o soberano de cujo poder emanava a autoridade do próprio Estado.

A democracia foi aos poucos se desenvolvendo, em grande medida pela luta dos trabalhadores e das mulheres, com o objetivo de ampliar o que era o regime liberal oligárquico do século XIX. Este fundamentalmente se baseava no voto censitário, no qual tinham direito a votar e serem votados apenas os proprietários de terra e os cada vez mais poderosos capitalistas, no comércio e na indústria. A luta dos trabalhadores, aos poucos, e a luta das mulheres também, foram ampliando o escopo do sufrágio eleitoral, redefinindo quem podia participar, o mesmo acontecendo com raças e grupos étnicos discriminados: o liberalismo foi obrigado a se democratizar, mantendo-se ao mesmo tempo liberal, ou seja, reiterando sua estrutura jurídica baseada no direito – civil e ademais político – cujo cerne era a liberdade individual que deveria ser, em princípio reconhecida e garantida a todos os cidadãos. Esse foi um dos aspectos do movimento expansivo do liberalismo, sua democratização. Mas há outro, que diz respeito a novas camadas de direitos, sociais, e uma ampla intervenção sobre a vida social. Do liberalismo calcado no indivíduo e no Estado abstratos, passamos assim ao reconhecimento parcial das questões concretas da sociedade dentro do próprio Estado e na concepção da cidadania.

Na virada do século XIX para o XX, e posteriormente ao longo do século XX, a democracia liberal (representativa, com eleitores e eleitos) então se estabeleceu. No entanto, ela possui duas características que mantêm uma relação bastante tensa: por um lado a democracia liberal é oligárquica, por outro ela é democrática. Ela é oligárquica porque tem em seu núcleo pessoas que controlam o poder, e que na verdade mandam em larga medida na sociedade. São os parlamentares e executivos, burocratas dos escalões mais altos, incluindo o exército, aqueles que, coletivamente, comandam o Estado, formando um grupo político mais ou menos aberto, mais ou menos fechado, dependendo da sociedade e de como se organizam o sistema político e o Estado. Nas sociedades onde

existe a democracia liberal, com seus elementos realmente democráticos, do contrário consistiria meramente em uma oligarquia liberal, a população pode votar, ser votada amplamente, tem direito a expressar suas opiniões, debater, se organizar, se mobilizar e se manifestar livremente, inclusive ocupando as ruas. Mas o grau de democracia na democracia liberal nunca é absoluto, é sempre relativo, pois ela possui sempre um lado oligárquico.

Além disso, o Estado é em grande medida um aparelho de repressão, calcado na polícia e nos militares, apesar de não ser somente isso, uma vez que intervém em todas as esferas da vida social, incluindo o mundo privado e os costumes. Ele regula hoje intensamente a vida social, além de produzi-la também em larga medida (através da escola, das políticas sociais, de uma gama quase infinita de leis sobre inúmeros temas, etc.). Ele é também central para o liberalismo, seja em sua versão clássica, baseada no direito civil – cuja aplicação depende do poder coercitivo estatal –, seja no que se refere às outras áreas de intervenção que o liberalismo, em sua expansão, incorporou em suas doutrinas e práticas, a começar mas não somente com os direitos sociais, o meio-ambiente, etc.

Se a democracia liberal é – ou foi – um regime consolidado em grande parte do mundo todo, não podemos esquecer que na modernidade outros regimes também existiram. Esse foi por exemplo o caso do fascismo, com sua extrema versão nazista, ou do que Marx chamou em determinado momento de Bonapartismo, bem como, poder-se-ia sugerir, daquilo que alguns autores inclusive chamam de regimes “populistas”.

Os fascistas mantiveram alguns elementos da infraestrutura liberal, dos direitos civis e da burocracia moderna. Todavia, do ponto de vista da organização política, especialmente da repressão, o fascismo mudou completamente o aparelho de Estado, com certo destaque da polícia política. Ele passou a ser um regime que se empunha pela força, pela repressão, pela impossibilidade de que houvesse eleições livres, ainda que em alguns momentos as tenha mantido, manietadas, e impedindo que houvesse debate público. Trata-se de um regime fundamentalmente antidemocrático, embora anos depois, quando os movimentos fascistas chegaram ao poder, tenham mantido também um caráter altamente oligárquico, ainda mais fechado que o da democracia liberal, com em geral elementos autocráticos também – isto é, a preeminência de uma pessoa, via de regra um homem, no sistema de dominação.

A esquerda, em particular a Terceira Internacional, comunista, tradicionalmente definiu, após muito debate e muitos erros políticos, o fascismo como baseado em movimentos de massa da pequena burguesia e vinculado à defesa do capital financeiro

contra a ascensão das classes trabalhadoras, colocando-se ao lado da burguesia, como a ditadura de seus elementos mais reacionários. Frentes populares e/ou democráticas foram então propostas como a resposta a esses dramáticos desenvolvimentos políticos. Mas a discussão seguiu.

Na América Latina, durante os anos 1970, começo dos 1980, se estabeleceram ditaduras militares. Na época houve uma grande discussão, em particular na esquerda, sobre se esses regimes eram regimes fascistas, com alguns autores e correntes políticas assim os definindo. Entretanto, considero que a melhor caracterização desses regimes de cunho militar, embora de fato tivessem traços fascistas, foi feita por um cientista político argentino chamado Guillermo O'Donnell. Foram definidos então como regimes burocráticos autoritários, pois o aparelho burocrático do exército e das forças armadas, de uma maneira geral, controlava o poder e fazia com que esses regimes autoritários ditatoriais funcionassem.

Karl Marx, em seu “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, por outro lado, pensou o bonapartismo como sendo um regime que derivava de uma crise, caracterizada em grande medida pela ruptura entre as classes sociais e a representação destas classes no Estado liberal e seu regime político, o qual se encontra, nesse caso, em curso de democratização. Com isso, alguma “grande figura” política terminava chegando ao poder e estabelecendo sua centralidade no sistema de dominação. Algumas vezes, inclusive a esquerda e os autores ligados a ela pensaram o nazifascismo como algo que tinha a ver com o bonapartismo, assim como chegaram a pensar também os regimes autoritários burocráticos na mesma chave, quando não os viam como fascistas. Não pretendo entrar aqui na longa discussão do bonapartismo, bastado assinalar que essa não me parece uma boa solução conceitual. Creio que devemos pensar esses regimes militares dos anos 1970 e 1980 como um fenômeno específico que da América Latina, da Grécia e Portugal, bem como em circunstâncias similares mais ou menos na mesma época. O dito “populismo” também não poderia, a meu ver, ser caracterizado como um regime (sequer como um movimento, na verdade, ainda que a ideia de movimentos populistas seja muito difundida na América Latina e haja fenômenos personalistas, que por vezes arrastam grandes massas, mas são altamente nocivos, com frequência demagógicos e contendo sempre elementos autoritários, nem que seja para dentro dos próprios partidos e movimentos).

*

Situado o problema conceitual dessa maneira geral, podemos passar a uma discussão e caracterização do que está acontecendo no Brasil hoje. Com muito esforço,

com todas as limitações que sabemos que ela tem, estabeleceu-se a democracia liberal no Brasil, a qual conquistamos nos anos 1970 e 1980. O marco da Constituição de 1988, que é democrática e liberal, e também ampliou os direitos sociais e criou órgãos voltados para a defesa e concretização dos direitos, assim como do cuidado com o meio-ambiente, foi um avanço enorme para nossa sociedade. Isso não aconteceu por acaso e não foi concessão de ninguém: foi fruto, sim, de uma luta muito intensa e na qual muitos perderam sua vida, foram presos, torturados, ao lutar contra a repressão militar, as classes mais conservadoras e aqueles que tinham uma visão mais autoritária do país, do Estado, da sociedade brasileira.

Hoje, o que está ocorrendo? Essa democracia liberal, como afirmei, tem um núcleo oligárquico e um núcleo democrático, aqui como em outros países. Qual risco corremos hoje com a eleição de Bolsonaro? Há o risco de entrarmos em um regime fascista? Há um risco de voltarmos pra um regime burocrático autoritário? Acredito que não. Ao passo que no mundo inteiro, como argumentei, houve um processo de democratização da democracia liberal ao longo do século XX, o que estamos vivendo hoje é um processo global de desdemocratização da democracia liberal. A democracia está recuando por toda parte, seja porque manda a burocracia, como ocorre na Comunidade Europeia, sobrepondo-se aos parlamentos e governos nacionais, ou porque o dinheiro comanda, como escandalosamente nos Estados Unidos. Distintas formas assume esse processo na América Latina, cuja democratização liberal plena é inclusive mais recente de maneira geral. De todo modo, o risco que corremos hoje é de uma desdemocratização ainda mais radical da democracia liberal no Brasil. É preciso esmiuçar esses processos para ter clareza do que isso significa.

Originalmente, a agenda política era fundamentalmente controlada pelas oligarquias que se revezavam no poder até mesmo quando elas começavam a se matar porque queriam algo só para suas próprias facções, privando seus adversários do acesso ao poder. Como vimos também, somente certos estratos sociais votavam e podiam ser votados. A democracia liberal ampliou o sistema político, democratizando-o. Agora é como se estivéssemos fazendo, globalmente, uma transição de regime político: o que pode acabar acontecendo é votarmos, participarmos, discutirmos, nos manifestarmos, e isso não ter nenhuma importância. Isso levaria então ao que podemos caracterizar como um regime político que quero chamar de oligarquia liberal avançada, o qual empurra para trás essas conquistas de democráticas, mas mantém as formalidades e a infraestrutura da democracia liberal, mudando sutilmente seu funcionamento.

É isso que talvez ocorra no Brasil, mas aqui esse regime assumiria uma forma particular, mais repressiva, que lembra o que, no processo de transição democrática, os militares imaginavam que poderia ser a autoreforma do regime que haviam implantado em 1964 e já não podiam manter. Isso se relaciona assim a coisas que estão sendo operadas dentro do aparelho de Estado, com destaque para a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e seus congêneres nas forças armadas e de maneira geral pelo aparelho de Estado: o reforço de todos os aparelhos de segurança, de vigilância e repressão, do país.

Uma das grandes questões dos militares no Brasil hoje é a questão da autoridade do Estado, embora seja improvável que eles queiram acabar totalmente com a democracia liberal no país – sobretudo se conseguirem emprestar a essa emergente oligarquia liberal avançada um caráter mais repressivo. Segundo por exemplo o filósofo de direita Denis Rosenfield, talvez um dos autores que os militares mais apreciam hoje, o problema da democracia não é a participação somente, mas também a autoridade do Estado. Ora, para o Estado impor sua autoridade ele tem que ter legitimidade, mas isso pode ser interpretado como se ele devesse ter igualmente uma grande capacidade repressiva. E o que eles provavelmente os militares têm em seu horizonte de participação no governo, junto a outros grupos de direita, é impulsionar o processo de desdemocratização da sociedade brasileira, reforçando exatamente os aparelhos repressivos e diminuindo os espaços da discussão e da participação, de modo a que votar, discutir, se manifestar, se torne uma coisa neutralizada. Pode ser que Bolsonaro preferisse uma outra alternativa, mais saudosista do regime militar dos anos 1960-1980, se bem que mais personalista e mais autocrática. Isso neste momento não parece, porém, de fato possível, sequer necessário para atacar a democracia no Brasil, uma vez que há formas mais sutis e disfarçadas, como ele sistematicamente faz. Até onde isso pode chegar é questão em aberto, mas que depende em boa medida da capacidade nossa de forçar amplas alianças democráticas para lutar com essas tendências autoritárias. Seja como for, tenho a certeza de que não será fácil que realizem seus objetivos. Pois estamos aqui e vamos continuar aqui, vamos lutar pela democracia no Brasil e por uma democracia mais democrática, na qual também os elementos oligárquicos sejam eliminados ou ao menos minimizados.

*

Vale, de todo modo, uma última reflexão e advertência antes de concluir.

Veja-se bem: a esquerda também em geral constrói oligarquias, quando chega ao poder ou mesmo antes de fazê-lo: os partidos se fecham e começam a querer mandar na

sociedade, os sindicatos por vezes também assim se comportam, os governos passam a olhar verticalmente aqueles a que governam. Trata-se uma tendência das e nas organizações políticas – o que Robert Michels, um autor alemão do começo do século passado, chamou de “lei de ferro da oligarquia”. Isso piora muito quando os supostamente grandes líderes bloqueiam a democracia com seu personalismo exacerbado, cultivado por seus círculos oligárquicos, dentro dos movimentos e partidos de esquerda. Mas aquela lei não é nem absoluta, nem inevitável, por outro lado. É possível e necessário que sempre lutemos para a democracia se democratize ou que, ao menos, se evitem formas de oligarquização também nas organizações de esquerda e na relação dos governos inclusive de esquerda com os cidadãos, que cada vez menos têm simpatia por isso. É isso que desde o começo da década anterior, passando pelo 2013 brasileiro e chegando aos movimentos recentes na América Latina, podemos constatar.

Se há, portanto, sérias ameaças à democracia, há também muita vontade de lutar por ela, de defender o que temos e avançar no esforço coletivo de democratizar a própria democracia. É nisso que precisamos apostar, é isso que precisamos promover.

4. Perspectivas do Populismo: algumas facetas de um conceito polissêmico

Daniel H. da M. Ferreira⁵

Rafael Rezende⁶

O populismo é um termo largamente utilizado para descrever um sem-número de políticos, governos e regimes. Devido a tamanha polissemia e imprecisão conceitual, não é uma tarefa simples constatar o seu ponto nevrálgico, isto é, aquilo que nos permite caracterizar uma determinada manifestação política como populista.

Apesar dessa antiga dificuldade, depois de um breve período em desuso, o conceito voltou a ser largamente empregado devido ao surgimento de governos e lideranças políticas não facilmente enquadráveis nos marcos do liberalismo político dominante. Dessa vez, até mesmo alguns atores estão reivindicando tal qualificação, mesmo que timidamente. No espectro político de esquerda, é o caso do Podemos, no Estado Espanhol. Em um artigo onde busca apresentar o partido que lidera, Pablo Iglesias questiona: "Existiam possibilidades para um populismo de esquerda na Espanha? Se assumimos que sob determinadas condições (em nosso caso de crise orgânica), pode-se gerar discursivamente uma identidade popular politizável eleitoralmente." (IGLESIAS, 2015. p. 20). Já no espectro político de extrema-direita, podemos citar a Frente Nacional, na França. Sua maior liderança, Marine Le Pen, certa vez afirmou: "O que é populismo? Se é alguém que defende o governo das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas, então sim eu sou populista" (LE PEN, 2017).

⁵ Mestrando do IESP/UERJ. Membro do NETSAL/IESP e do NELUTAS/UNIRIO. Bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). E-mail: danielhmf11917@gmail.com

⁶ Doutorando e mestre em sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Pesquisador do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL). Bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

A cacofonia que envolve o conceito aqui abordado nos impede de compreendê-lo com o devido rigor. Urge, para tanto, um resgate do debate histórico sobre o uso do termo populismo, demonstrando onde começou a sua construção, associada a uma particular interpretação do passado latino-americano. Para tal, é fundamental separarmos o que é categoria analítica do que é categoria nativa e, dessa forma, evitarmos a ambiguidade decorrente da confusão entre essas duas formas de utilização do termo. Sendo assim, nosso objetivo neste artigo nada mais é do que apresentar a origem e alguns dos decorrentes desenvolvimentos do conceito de populismo nas ciências sociais.

O POPULISMO COMO REGIME POLÍTICO

A primeira conceitualização sobre o populismo foi produzida pelo sociólogo ítalo-argentino Gino Germani (1971), um dos fundadores do campo da sociologia na Argentina. Interessado em examinar, compreender e traduzir o período histórico pelo qual passava seu país, Germani buscou através do termo aqui analisado produzir a caracterização necessária para o fenômeno peronista que imperava naquele país. Certo de que o peronismo não se encaixava nas categorias até então hegemônicas para a qualificação de regimes políticos - isto é, fascismo, liberalismo e socialismo - Germani utilizou-se da sua particular inventividade para qualificar a Argentina dos anos 1950 e 1960 como populista.

Para Germani, o populismo era um tipo de regime político característico de uma sociedade em transformação. A dissolução de uma sociedade tradicional sem a completa passagem a uma sociedade moderna, nos moldes que a Argentina teria vivido, abriu um espaço para a integração política e social das massas outrora excluídas, o que Domingues (2007) chamou de "incorporação controlada do movimento operário". Tal processo, segundo ele, se deu através de uma dupla-chave que envolveu a dominação autoritária e mobilização popular. O grande problema da teoria defendida por Germani é o mesmo que perpassou boa parte das abordagens posteriores sobre o populismo: a pressuposição de que as massas eram, em algum grau, irracionais e, portanto, manipuláveis.

Influenciado por Germani, Francisco Weffort (1989) buscou adaptar o conceito à realidade brasileira, propondo que o populismo seria o resultado da emergência de uma nova configuração social pautada, após a Revolução de 1930, por um Estado de Compromisso. Segundo a interpretação do professor uspiano, tal configuração social teria sido forjada por Vargas, a quem coube costurar a aliança entre as massas urbanas e frações

da elite brasileira. A partir dessa aliança, configurou-se o processo de modernização brasileiro, especialmente centrado nas áreas urbanas. Tal processo fez com que as massas urbanas passassem a ter acesso a direitos trabalhistas, ao consumo de bens e, conseqüentemente, a uma melhoria relativa na qualidade de vida.

A proliferação de demandas oriundas das camadas populares gerou um novo tipo de pressão sob o Estado, por baixo, juntando-se aos apelos dos grupos médios. Nessa situação de novo impasse entre classes é que surge a liderança populista, a qual se apresentou como um árbitro, mediando os interesses dos setores populares, com os interesses das oligarquias agrárias e das demais frações da burguesia nacional. Seguindo, portanto, uma reflexão ancorada na ideia de bonapartismo, de Marx, e na de cesarismo, de Gramsci, o aspecto fundante para a interpretação do regime seria a capacidade da liderança garantir o consenso subordinado das massa.

Nessa visão apresentada por Weffort, o populismo é um regime associado à demagogia e à conciliação de classes. O povo, manipulado pelo líder, deixava de perseguir o que supostamente seria seu real interesse de classe, a superação do modo capitalista de produção, e se contentaria com algumas benesses que lhes foram ofertadas dentro de um ordenamento político econômico que, no final das contas, mantém o status quo inalterado. Como bem observam Szwako e Araujo:

Disponibilidade, imaturidade, falta de consciência e massificação são algumas das noções que permeavam o dicionário explicativo do marxismo uspiano. Esses pensamentos reúnem pistas de como uma parte do imaginário acadêmico interpretava não só o passado do país e nele a desventura das classes trabalhadoras (e malgré tout sua potência revolucionária) (SZWAKO; ARAUJO, 2019. p. 476)

Concluimos, portanto, que a visão do populismo enquanto um regime político é, para Germani, uma questão de integração social e passagem tardia e incompleta à modernidade. Já para Weffort, trata-se de uma essencialização das discussões envolvendo o bonapartismo e o cesarismo. Em comum nas proposições dos dois autores, verificamos uma dificuldade de interpretação da participação popular de maneira ativa, o que dificulta o próprio entendimento do trabalhismo como um fenômeno social complexo e da adesão massiva a esse projeto político tanto no Brasil (GOMES, 2001) quanto na Argentina. Inegavelmente, há um certo grau de demofobia em ambas abordagens, uma vez que os dois autores reconhecem no povo um baixo grau de competência reflexiva.

O POPULISMO COMO IDEOLOGIA

Há quem considere que um dos problemas de interpretar o populismo como um regime é que tal análise seria demasiadamente centrada nas experiências latino-americanas, em especial a argentina e a brasileira. Cristobal Rovira Kaltwasser e Cas Mudde (2017; 2013) são alguns desses intérpretes. Para eles, o caso latino-americano, aqui já abordado, é como um subtipo cuja atuação estaria voltada para o reequilíbrio socioeconômico. Além dele, os autores delineiam dois outros subtipos, a saber: um populismo de origem agrária, cujos representantes seriam os narodnikis russos e o *people party* norte-americano; e um outro populismo de extrema-direita que viceja na Europa nas últimas décadas, tendo como sua principal base a xenofobia.

Para considerar a variedade destes fenômenos, houve a tentativa de interpretar o populismo como uma ideologia ligada a soberania popular (CANOVAN, 2002; MUDDE & ROVIRA KALTWASSER, 2017; MUDDE E ROVIRA KALTWASSER, 2013; MUDDE, 2004). Canovan (2002), ao tentar dar conta de explicar o fenômeno, define que a ideologia seria o caminho pelo qual se procura comunicar de forma simplificada a complexidade da política democrática. Quanto mais democrático é o sistema, mais inclusivo ele é e mais complexo fica conseguir narrar com simplicidade os acontecimentos, abrindo espaço para a ideologia populista colocar o seu descontentamento em relação a uma elite.

Conforme aponta Domingues (2017), a teórica inglesa termina por criar uma definição elitista da democracia, na qual quem quer que defenda a soberania popular - inclusive Rousseau, visto por ela como um demagogo- seria considerado ou como um ignorante ou como agindo de má-fé. Não há por parte dela nenhum apreço pelo populismo ou pelas ideologias de um modo geral, por considerá-las sempre falhas.

Procurando partir de bases de cunho mais sociológico, Mudde e Kaltwasser (2017; 2013) buscaram sistematizar o conceito de uma forma que ele possa apresentar contornos heurísticos mais aplicáveis. Desse modo, os autores interpretam o fenômeno como “uma ideologia vagamente centrada (*thin-centred ideology*) na qual a sociedade é considerada, em última instância, dividida em dois campos homogêneos e antagônicos, “o povo puro” versus “a elite corrupta”, na qual a política deve ser uma expressão da vontade geral do povo” (MUDDE, 2004, P 543, tradução nossa). Como uma ideologia pouco centrada ou difusa, ela teria uma morfologia restrita, aparecendo geralmente como anexadas ou

assimiladas a outras ideologias plenas ou robustas, tal como o socialismo, o fascismo e o liberalismo.

Segundo Mudde e Kaltwasser (2013), o populismo ainda poderia ser diferenciado em relação às ideologias elitistas e multiculturalistas. A primeira tende a ver a massa como o polo negativo, moralmente corrompido e a elite como o meio de salvar a sociedade, tal como em Pinochet ou Ortega y Gasset (MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2013). Já o pluralismo é a ideologia na qual a sociedade é dividida em uma pluralidade de grupos sociais com ideais e interesses distintos, fugindo da concepção maniqueísta das duas anteriores e apostando na diversidade dos atores sociais.

Como elemento essencial para que haja a ideologia populista aparece o conceito de povo, visto como aqueles que estão alijados do poder e são detentores de valores morais. Em contraste, a elite é vista como aquela que detém o poder e o exerce de forma imoral. Haveria ainda a radicalização do processo de vontade geral, algo que também é considerado como essencial por Canovan (2002), apesar do líder não ser visto como um aspecto essencial.

É louvável a tentativa de abarcar a complexidade dos fenômenos ao mesmo tempo em que se constrói uma tipologia com validade heurística. Entretanto, a definição conceitual como uma ideologia pouco centrada, ao nosso ver, demonstra que não se trata de ideologia, uma vez que, em sua estrutura interna, os fenômenos apontados pelos autores pouco conseguem demonstrar efetividade enquanto conjunto de ideias coesas e articuladas. A defesa da vontade geral é parte constitutiva de diversos movimentos radicais, não sendo uma característica exclusiva do populismo. Toda a teoria do poder constituinte deriva dessa reflexão e será uma das características da própria modernidade, seja ela ou não substancializada na forma de um antagonismo.

Na própria conceituação de elite e povo reside questionamentos. Isso porque na tentativa de dar maior lastro heurístico as duas categorias são atreladas a uma ideia de moral. Nesse sentido, Stavrakakis e Jager (2017) tecem uma interessante crítica a Mudde e Kaltwasser, apontando, ao mesmo tempo, o ponto de vista profundamente normativo apresentado por esses autores e a problemática noção de que o populismo é necessariamente antagonico em relação ao liberalismo.

Por fim, cabe ainda uma crítica à tentativa de promover uma distinção em negativo. Ao opor populismo a elitismo e ao pluralismo, acaba por limitar as alternativas ao próprio conceito. Assim, o elitismo seria conservador, o populismo um extremismo democrático e o pluralismo aparece como a única ideologia de fato positiva. Essa defesa

implícita do pluralismo se torna uma crítica velada ao antagonismo social, visto por eles como uma concepção maniqueísta da sociedade. Por consequência, os autores perdem a capacidade de identificar os conflitos sociais como um meio legítimo de expressão dos interesses populares.

Nesse sentido e em muitos outros, a maneira como Ernesto Laclau trata da questão é superior a definição ideológica apresentada pelos autores até aqui abordados. Pela sua importância como um divisor de águas no debate populista trataremos de sua definição a seguir.

O POPULISMO COMO LÓGICA POLÍTICA

Opondo-se às abordagens que consideram o populismo uma ideologia ou um regime, Laclau procurou compreender o conceito como uma lógica política. Tal posição permite não apenas dar uma sinalização positiva a experiências políticas constantemente lidas em chave negativa, como também reinterpretar a própria noção do que é a política. Por meio de uma sofisticada teoria que envolve a psicanálise lacaniana, a teoria do discurso de Wittgenstein e a da hegemonia proposta por Gramsci, o filósofo argentino procurou, ao mesmo tempo, engajar-se em um projeto político que buscava dar sentido às novas experiências de esquerda latino-americanas, articular uma proposta de como se estruturam os sujeitos coletivos na contemporaneidade e produzir uma teoria geral da ação política.

Em “A razão populista”, Laclau (2013) aposta em uma revisão e aprofundamento de argumentos que já haviam sido apresentados em trabalhos anteriores, entre eles, o mais destacado, “Hegemonia e estratégia socialista”, escrito em parceria com Chantal Mouffe (1985). Neste, Laclau e Mouffe apresentaram uma interpretação teórica para o surgimento de novas demandas coletivas que não mais poderiam ser simplesmente subsumidas ao determinismo das relações de produção econômica, em outras palavras, uma profusão de identidades assentada no processo de descentramento dos sujeitos sociais.

Segundo Laclau, a demanda social corresponde à unidade mínima de qualquer projeto político. Toda demanda é uma solicitação ao sistema, sendo cada uma delas diferentes entre si e isoladas umas das outras. A multiplicidade destas demandas apresenta à política um desafio: como fazer política - aqui entendida como construção de hegemonia - a partir de sujeitos portadores de identidades tão distintas? A engenhosa resposta de Laclau foi: transformando as diferenças em equivalência através da construção de um

significante vazio, isto é, um significante sem um significado fixado, uma operação na qual se assume, “por meio de uma particularidade, um significado universal incomensurável” (LACLAU, 2013, p 120). Esse significante passa a articular todos os demais a partir de uma operação, similar a uma catacrese, na qual uma das partes passa a identificar o todo. Entretanto, cabe ressaltar, o significante vazio jamais pode ser completamente fixado, sendo antes flutuante, no sentido de que está sempre em disputa e pode, inclusive, ser apropriado pelo próprio sistema.

Laclau também observa que a política necessariamente envolve a construção de antagonismos. E que, se por um lado, existe “um abismo cada vez maior a separar o sistema institucional das pessoas” (LACLAU, 2013, p. 124), por outro lado essas pessoas podem ter suas demandas articuladas a partir da equivalência entre elas e, dessa forma, passarem da plebes ao populus em oposição à elite, ao sistema. É justamente aí que reside o núcleo do que Laclau chama de populismo: "(1) a formação de uma fronteira antagonista interna separando o ‘povo’ do ‘poder’; e (2) uma articulação de equivalentes das demandas, que possibilitam a emergência do povo” (LACLAU, 2013, p.124). Como bem notou Bringel, o Podemos, partido aqui anteriormente citado, pode ser qualificado como populista justamente porque opera a partir da construção de uma retórica do povo contra a casta (BRINGEL, 2015).

Se, para Laclau, o populismo é uma lógica política, ele pode operar tanto a partir do campo da esquerda quanto do campo da direita, como já demonstramos na introdução deste artigo. O que é indispensável, em todos os casos, é a existência de uma liderança que, em termos weberianos, podemos chamar de carismática. Tal liderança, explícita Laclau, representa o representado e é representada pelo representado. Logo, trata-se de um tipo de representação em mão-dupla, livre de mediações tradicionais, entre o povo e o líder.

Em síntese, o populismo, para Laclau, não deve ser analisado a partir de uma mirada normativa, mesmo que, em certos casos, sua execução possa ter como consequência o debilitamento democrático (REZENDE, 2018). Para o filósofo argentino, a questão central é: o populismo não é algo alheio à política, mas sim parte dela. A razão populista, portanto, rejeita uma cosmovisão institucionalista (LACLAU, 2013, P. 21), isto é, onde as demandas seriam solucionadas pelas elites – ex partis principis -, nos limites e condições administráveis pelo sistema vigente. Ao contrário, sua lógica política é aquela que convida a plebe, os excluídos do sistema, a se tornar povo como uma forma de modificar o imaginário político e suas instituições.

Os avanços propostos na reflexão são palpáveis, mas deixam importantes questões em aberto. A saber, problemas sobre outras dimensões de onde parte o problema do populismo, a relação entre líder e massa, a necessidade do antagonismo como fator político e o binarismo daí decorrente entre populismo e institucionalismo. Vejamos a seguir suas problemáticas.

A começar, há quem considere que o conceito seria muito largo parecendo ser capaz de abarcar diversas coletividades, como Mayra Goulart (2018). Para a cientista política, o populismo deve ser interpretado levando em conta não apenas a gênese de movimentos políticos, mas as capacidades governativas e de políticas públicas. Assim sendo, o conceito deve ser interpretado considerando a dimensão econômica, manifestada na ampliação das capacidades estatais orientada por um ideal redistributivista que pode levar a constrangimentos à institucionalidade liberal.

Há, porém, um outro problema na abordagem de Laclau. Ocorre que sua simplificação em torno da oposição populismo e institucionalismo termina por fazer com que tudo aquilo que não esteja atrelado ao discurso populista seja visto como apolítico. Dessa maneira, o transformismo é sempre uma operação que obstrui o político. Ao minimizar sua importância, a interpretação de Laclau não faz jus às lutas populares que ocorrem no Brasil e na América Latina, a partir da década de 70 e que terá como consequência transformações moleculares no sistema política por meio da ampliação da cidadania e dos direitos fundamentais (VIANNA, 1996; DOMINGUES, 2017).

Esse binarismo também empobrece a possibilidade de pensar em saídas comunicativas horizontais. Como afirma Safatle (2018), isso ocorre porque a sua forma de refletir com base na matriz freudiana o obriga a operacionalizar a horizontalidade das demandas apenas a partir de uma cadeia de equivalências que apenas se constitui a partir da oposição ao sistema, criando o antagonismo. Portanto, fica de fora as formas de comunicação horizontal que podem surgir entre os grupos sociais.

O antagonismo precisa, por sua vez, ser construído por meio de uma articulação hegemônica que pode tender a recair no personalismo, no momento do investimento libidinal no líder, o que poderia tender a formas autoritárias ou no mínimo recai em uma paralisia quando o líder se funde ao Estado e precisa cumprir as demandas distintas, aproximando-se do conceito de cesarismo em Gramsci (DOMINGUES, 2019), acima já discutido. Essa questão é verificada pelo teórico argentino, que compreende a importância da articulação e representação. Todavia, nunca procurou pensar nos articuladores ou na maneira como corpos intermediários se estruturam, propositalmente não considerando

como parte constitutiva do fenômeno. Daí a tendência a reduzir os conflitos social ao populismo.

Trilhando um caminho minoritário, Paolo Gerbaudo (2017) enfatiza não ser necessário uma liderança para a operação populista. Em *The mask and the flag* (GERBAUDO, 2017) o autor observa alguns dos movimentos de ocupação de praças no mundo e como eles teriam se constituído em torno de forte ideal populista. No entanto, ao contrário da vinculação libidinal ao líder, a própria vivência na praça e a comunicação por meio de interações online e offline tenderiam a aproximar esse populismo do ideal de horizontalidade. Assim, a ideologia do cidadanismo seria marcada por um neopopulismo, no qual a figura do líder seria dispensável.

Apesar de minoritário, podemos observar muitos usos criativos que o populismo suscitou a partir da obra de Laclau. Sem dúvida alguma, seus pressupostos modificaram o debate sobre o tema aqui abordado, permitindo, dessa forma, repensar o povo e a democracia.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O TEMA

Com esse breve panorama, é possível perceber que a polissemia no jargão popular tem dificuldade também se manifesta no estatuto do conceito. À medida que vai se tornando capaz de adequar-se à complexidade dos casos, mais ele se torna uma forma e menos um conteúdo.

Há diferenças cruciais entre as análises, inclusive no que tange à normatividade do conceito: as análises clássicas do populismo como regime interpretam o povo como uma massa manipulável; o conceito de ideologia de Mudde e Rovira também apresentam traços normativos críticos ao ressaltar o elemento moral e purificador no antagonismo populista; já Laclau, ao definir o populismo como lógica política, nos permite uma perspectiva do povo como ator racional ao mesmo tempo em que reconhece sua pluralidade.

Há, porém, algumas características gerais que se sobressaem. O populismo sempre representa a expressão de grupos que até então não haviam encontrado espaço para manifestação da sua vontade dentro do sistema político. Esses interesses são representados por um sujeito - muitas vezes individual, mas pode ser coletivo - que passa a substancializar as demandas populares na medida em que atua em prol delas. Nesse quadro de superdimensionamento de poucos articuladores, a presença de quadros intermediários não é vista como essencial. Isso faz do populismo uma forma possível de

manifestação do conflito social, com vistas à transformação do sistema político. Por essa perspectiva, ele pode ser visto como a imagem espelhada da democracia liberal ou representativa, permitindo o tensionamento das suas instituições ao promover a entrada em cena de novos atores e imaginários.

Essas características, aqui apontadas, permitem interpretar o fenômeno do populismo como uma via pela qual a política, entendida como conflito, se manifesta em sociedades complexas. Portanto, ao nosso ver, ele não é a causa nem a cura dos problemas das democracias contemporâneas, mas um modo de articular aquele que muitas vezes se vê excluído política e economicamente das democracias modernas: o povo.

Referências

BIRMAN, Joel. Psicanálise e filosofia política na contemporaneidade sobre as categorias de povo, de populismo e de identidade na atualidade. in; HOFFMANN, Christian (org.). **Psicanálise e política: uma nova leitura do populismo**. 1ªed. São Paulo: Instituto Langage/ Université Paris Diderot. 2018.

BRINGEL, Breno. 15-M, Podemos e os movimentos sociais na Espanha. Trajetórias, conjuntura e transições. Dossiê Podemos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 103, p. 59-77, Nov. 2015.

CANOVAN, Margareth. Taking Politics to the People: Populism as the Ideology of Democracy. In: Mény Y., Surel Y. (eds) **Democracies and the Populist Challenge**. Londres: Palgrave Macmillan. 2002.

DOMINGUES, José Maurício. Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades. **Análise de Conjuntura OPSA**, n. 2. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Imaginário e política na modernidade: a trajetória do peronismo. in: _____. **Emancipação e história**. 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017

_____. **Critical Theory and Political Modernity**. London. Palgrave Macmillan. 2019

GERMANI, Gino. **Política y sociedad en una época de transición**. Buenos Aires: Ediciones Paídos, 1971.

GERBAUDO, Paolo. **The Mask and the Flag: Populism, Citizenism, and Global Protest**. Oxford: Oxford university press. Kindle ebook edition. 2017.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. **O Populismo e a sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001

GOULART, Mayra. O Populismo para além de Laclau: entre a Expansão da Demos e a Desfiguração do Liberalismo. **Revista Estudos Políticos**. Rio de Janeiro, Vol. 9 | N.1,

pp. 49 - 69, julho de 2018. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com>. Acessado em 24/11/2019.

IGLESIAS, Pablo. **Entender PODEMOS**. In. Londres, New Left Review, n. 93, 2015.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

LE PEN, Marine. France's Marine Le Pen Contends Populism Is The Future. Entrevista concedida a Eleanor Beardsley. National Public Radio. Washignton, 2017.

MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER. Populism. in: FREEDEN, M.; SARGENT, L; T.; STEARS, M. **The Oxford Handbook of Political Ideologies**. Oxford; New York: Oxford University Press. 2013.

MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER. **Populism: a very short introduction**. Oxford New York: Oxford University Press. 2017.

REZENDE, Rafael. Jair Bolsonaro, populismo de derecha y fin de ciclo. **Revista Política Latinoamericana**, n.07. Buenos Aires, 2018

SAFATLE, Vladimir. Federn, Kelsen, Laclau e a dimensão anti-institucional da política. In: BIRMAN, Joel; HOFFMANN, Christian (org.). **Psicanálise e política: uma nova leitura do populismo**. 1ªed. São Paulo: Instituto Langage/ Université Paris Diderot. 2018.

STAVRAKAKIS, Y; JAGER, A. Accomplishments and limitations of the 'new' mainstream in contemporary populism studies. **European Journal of Social Theory**, Vol 21, Issue 4, page(s): 547-565.

SZWAKO, José. ARAUJO, Ramon. Quando novos conceitos entraram em cena: história intelectual do "populismo" e sua influência na gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, vol 32, nº 67, p. 469-499, maio-agosto 2019

VIANNA, L. W. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 39, n.3. 1996.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

5. A atualidade do pensamento de O'Donnell e Zavaleta: algumas possibilidades para pensar a conjuntura brasileira

Hellen Oliveira⁷
Vitória Gonzalez⁸

Os limiares definidores da democracia e do autoritarismo são reescritos ao longo do percurso histórico, social e político das sociedades. Dentre os dois conceitos residem contradições, que se sobressaem na complexidade do enquadramento de sistemas políticos dentro dos mesmos. Na modernidade, uma série de eventos colocaram em xeque não apenas a aplicação analítica desses conceitos, mas também os limiares entre os centros de poder que compõem o aparato institucional e a sociedade civil. Cabe ao estudo sociológico escapar do simples casualismo e compreender o impacto e o nível das interpelações entre estrutura, super estrutura, burocracia, capital e sociedade.

Isto posto, observa-se que a contemporaneidade atraca em um porto tempestuoso, em que o militarismo apresenta-se na maior instância executiva do Estado. O cenário de conservadorismo impulsiona um clima nostálgico, embora a tomada de poder de atores similares inclua vias institucionalmente opostas ao passado – dado que, por exemplo, diferentemente de 1964, grupos militares chegam ao Poder Executivo brasileiro em 2018 através de um processo eleitoral. Não obstante, dentre os discursos mobilizados durante

⁷ Doutoranda e mestra em Sociologia pelo o Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Bacharela em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Contato: hellenoliveiracp@gmail.com

⁸ Mestranda em Sociologia pelo IESP-UERJ. Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista FAPERJ. Contato: vitoria.gonzalez@iesp.uerj.br

a campanha de Jair Bolsonaro, o elogio ao golpe de 1964, a defesa pelo armamento civil e o recrudescimento das forças militares ganharam destaque e foram utilizados para inflamar a população em torno de uma pauta principal: a segurança pública. Aponta-se o desafio de categorizar o conservadorismo entre democracia e autoritarismo e quais as suas ramificações em ambos os casos. Isso principalmente em uma conjuntura em que determinadas formas de governo, ainda que inicialmente classificadas como democráticas, apresentam componentes profundamente ligados ao autoritarismo.

Sabe-se que tal conceito – autoritarismo – é trabalhado de formas múltiplas na teoria política e sociológica moderna, tomando forma conforme as experiências empíricas e referenciais nas produções. Visando a contribuir para a compreensão do autoritarismo e seus mecanismos de funcionamento, este texto pretende apresentar ideias-chave e a validade atual dos conceitos do argentino Guillermo O’Donnell e do boliviano René Zavaleta Mercado. Ressalta-se que é ainda um esforço inicial, que pretendemos expandir em pesquisas futuras. Para além desta breve introdução, o texto conta com uma seção sobre conceitos da obra de ambos os autores e outra sobre conjuntura no Brasil, em que tentamos fazer aproximações com a discussão feita anteriormente. Por fim, deixamos uma conclusão aberta, com comentários finais e inquietações para futuras reflexões e avanços.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS PENSAMENTOS DE O’DONNELL E ZAVALETA

Guillermo O’Donnell desenvolve uma sociologia política em *El Estado Burocrático Autoritario – Triunfos, derrotas e crises* (1996). Trata-se de um estudo acerca da conjuntura política argentina entre junho de 1966 e março de 1973, no qual aborda a vida social e o funcionamento do Estado pós golpe, sob governo antidemocrático civil-militar. O autor argumenta que a sociedade capitalista se caracteriza por suas relações de produção de cunho essencialmente desigual e contraditório. Versa, ainda, que o Estado se apresenta como entidade originária, mas também como aspecto do sistema de produção capitalista. Por conseguinte, “organiza e garante as relações sociais capitalistas” (O’DONNELL, 1996, p. 16), o que guarda relação com o pensamento de Zavaleta.

Segundo O’Donnell, as experiências autoritárias latino-americanas na história recente – que se concentram entre as décadas de 60 e 80 – inauguraram modelos de dominação autoritária, valendo-se não apenas do monopólio estatal da violência, mas também do monopólio burocrático institucional. Esta última característica difere tais

eventos políticos dos demais cenários autoritários vistos até então. Classificado como Estado Burocrático Autoritário, tal tipo de dominação se vale principalmente nas seguintes características :

| |
|---|
| 1 - Apresenta, primeira e fundamentalmente, o aspecto de uma sociedade global que garante e organiza a dominação exercida através de uma estrutura de classes subordinada às frações superiores de uma burguesia altamente oligopólica e transnacionalizada; |
| 2 - Institucionalmente, é um conjunto de organizações nas quais as que são especializadas em coerção ganham peso decisivo, assim como as que pretendem levar a cabo a “normalização” – padronização conforme parâmetros internacionais possivelmente imperialistas – da economia; |
| 3 - Trata-se de um sistema de exclusão política do setor popular previamente ativado, que passa por severos controles visando eliminar sua presença anterior no cenário político, além de destruir ou capturar recursos que sustentavam sua ativação; |
| 4 - Tal exclusão traz consigo a supressão da cidadania e da democracia política. É também a proibição do popular: impedir invocações como povo e, é claro, como classe; |
| 5 - Trata-se também de um sistema de exclusão econômica do setor popular, que promove uma normalização econômica específica e um padrão de acumulação de capital em benefício das grandes unidades oligopolistas de capital privado e de algumas instituições estatais, o que acentua as desigualdades pré-existentes; |
| 6 - Corresponde e promove uma maior transnacionalização que implica em um transbordo da sociedade em relação ao âmbito territorial e às relações sociais que esse Estado tenta limitar; |
| 7 - Tal crescente da sociedade corresponde, em sentido inverso, a um encolhimento da nação. Isto porque, apesar do discurso marcial e patriótico que ressoa do aparato institucional, as condições emergentes implicam em uma profunda ruptura do arco homogeneizador – que constitui o sentido de nação – os porta-vozes podem somente recusa-se como representantes dessa dita nação; |
| 8 - Tentativas sistemáticas de despolarizar o tratamento de questões sociais são realizadas por suas instituições, sujeitando-as àquelas proclamadas como critérios e objetivos neutros da racionalidade técnica; |
| 9 - Seu regime, ainda que não formalizado, mas claramente em vigor, implica o |

fechamento de canais democráticos de acesso ao governo e, juntamente com eles, os critérios de representação popular ou de classe.

A partir das condições de implementação conceitual apresentadas acima, é possível perceber como o autor desenvolve uma linha de raciocínio na qual as transformações no regime econômico de sua conjuntura estão intimamente ligadas com as transformações institucionais e administrativas latino-americanas. Segundo O'donnell (1996), é possível estabelecer aproximações entre as experiências autoritárias da época e o caso particularmente estudado, a Argentina entre os anos 1960 e 1970. A avaliação da validade recente de tal conceito passa então pela compreensão de que aspectos se aproximam e se distanciam de casos atuais, nos quais a tônica de autoritarismo e a manutenção dos mecanismos de supressão do povo enquanto classe trabalhadora são constantemente mobilizados.

Nesse sentido, tomaremos neste trabalho o conceito de Estado Burocrático Autoritário como uma tipificação ideal, uma vez que estabelece categorizações interessantes para a avaliação de regimes de cunho conservador em diferentes espaços-tempos. Ou seja, O'Donnell (1996), a partir de uma realidade complexa, escolhe características fundamentais do objeto a ser interpretado (BARBOSA; QUITANEIRO, 2017). A potência de sua construção teórica reside na possibilidade de dar ao conceito um status de agenda de pesquisa, na medida em que não desenvolve uma categoria estanque, mas uma gama de parâmetros avaliativos capazes de dialogar com a contemporaneidade.

A apresentação de aspectos chave confere fluidez ao seu raciocínio, ciente de que as experiências autoritárias não se apresentam de forma igual no curso histórico e em diferentes localidades, mas detêm determinados mecanismos peculiares. Como coloca Santos (2017), as ameaças à democracia e suas instituições não ocorrem apenas em eventos abarcados pelas “clássicas definições de golpe de Estado” (SANTOS, 2017, p. 12). Os valores golpistas e as relações de pressão, produção e oportunidade conferem conjunturas propícias ao avanço do conservadorismo e do autoritarismo. Trata-se, enfim, de um estudo de caso (desde a Argentina) dotado de capacidade de generalização teórico metodológica para a avaliação das relações de produção presentes em um Estado capitalista, e como estas são definidoras do aparato político e suas formas de atuação. Partido para o segundo autor abordado nesta contribuição, René Zavaleta Mercado vê o fascismo como modo autoritário de política estatal com determinadas condições sociais e políticas; como um problema político. É uma forma anômala (autor utiliza as palavras

emergência e exceção) dentro do Estado capitalista. Nesse sentido, argumenta que uma característica é a chegada tardia ao capitalismo, o que leva a uma chegada truncada à democracia burguesa, que seria o estado normal do Estado capitalista (ZAVALETA, 1979).

Por meio desse modo autoritário, “se tenta em suma a reconstrução global da sociedade em torno aos interesses do capital monopólico e a edificação de uma visão de mundo” (ZAVALETA, 1984, p. 4 apud AGUDELO, 2016), havendo a suspensão de articulações políticas desde baixo para condições democráticas, igualitárias, emancipatórias. Sobre a forma ditatorial, o autor escreve que está longe de ser a superestrutura mais favorável ao desenvolvimento do capitalismo. É, antes, a consequência de algumas urgências conjunturais, restritas ou anômalas do capitalismo. Responde ou ao atraso de uma classe dominante, que não é capaz de racionalizar uma relação de poder correspondente ao modo de apropriação do excedente, ou à falta de unidade do bloco dominante, ou à necessidade de acelerar o processo de acumulação em um determinado sentido, ou um pathos de salvação do capitalismo já assediado. (ZAVALETA, 1979, p. 379-80).

No texto “Formas de operar el Estado em AL (bonapartismo, populismo, autoritarismo)”, Zavaleta (2006) aponta características de certo modelo na construção de ditaduras: 1) reorganização verticalista da sociedade – preocupação em reconstruir a governabilidade por meio do fim do transbordamento social; 2) transnacionalização da economia e relação com inserção mundial; 3) ideologia oficial vinculada à Doutrina de Segurança Nacional – veia político-militar da ideia de ingovernabilidade democrática; 4) generalização do terror – com reconstrução do horizonte coletivo de referências. Pode-se apontar desde já semelhanças possíveis com a atual conjuntura brasileira.

Retomando o fascismo, tem-se que sua constituição, segundo termos zavaletianos, se relaciona a três aspectos, diferentes mas imbricados: o fascismo como projeto ou proposição social, como movimento de massas e como estrutura de poder (ZAVALETA, 1979; 2006). Ao mesmo tempo em que essas condições, inter-relacionadas, são necessárias para sua constituição, sua dissolução se dá na ausência de uma delas. Nesse sentido, aponta para que nem todas as ditaduras latino-americanas dos anos 60 e 70 foram fascistas, mas sim projetos fascistas. Zavaleta entende que faltou legitimação ideológica no nível das massas. Ainda, cabe considerar que, ao abordar a constituição de ditaduras na América Latina, o sociólogo boliviano considera determinações exógenas (papel dos Estados Unidos, por exemplo) e endógenas (processos históricos nacionais) (CABALUZ,

2018). O mesmo se pode ver para projetos autoritários contemporâneos: imbricação entre diferentes escalas – local, nacional e global.

Em diferentes textos, Zavaleta buscava compreender e denunciar modos e formas autoritárias, com um outro horizonte possível. Assim, em sua obra, fica evidente não só uma disputa teórica, mas também política e militante, que se relaciona com a politicidade de seus escritos. Enfim, o autor pensou na política autoritária e no fascismo na América Latina, mas não só em sua constituição e em sua dissolução; também em sua transformação. Neste ínterim, o autor abordou conceitualizações acerca de democracia e democratização – desafio da sua produção intelectual e política (AGUDELO, 2016).

Ao abordar democracia, Zavaleta apontava não só para a complexidade do conceito, mas para a diversidade e as diferentes dimensões envolvidas, ressaltando também as disputas daí oriundas. O democrático é o limite à política autoritária e relaciona-se com a autonomia política e a autodeterminação das massas, cuja centralidade é por ele destacada (AGUDELO, 2016; TAPIA, 2009; ZAVALETA, 1981). Ainda, ao tratar de democracia burguesa, aponta como esta expressa não só dominação da burguesia, mas uma correlação de forças entre classes, com um horizonte possível de emancipação a partir das massas – que, se bem pode ter tradições democráticas, progressistas, também pode ter tradições conservadoras, autoritárias e fascistas (ZAVALETA, 1979; CABALUZ, 2018).

É importante ressaltar que Zavaleta se insere no marxismo latino-americano. Contudo, o boliviano dá ênfase a uma elaboração analítica situada, localizada – e isso é chave central para sua análise conceitual e sua produção de conceitos, tendo relevância não só conceitual, mas analítica, teórica e política. Parte-se da consideração de elementos regulares do funcionamento capitalista, incorporando uma chave analítica histórico-política que considera as particularidades e diversidades sociais, culturais e mesmo estruturais de diferentes países latino-americanos para explicar suas realidades sócio-políticas – que não cabem completamente em teorias gerais prévias (AGUDELO, 2016; CABALUZ, 2018; DUVOISIN; RANINCHESKI, 2019; TAPIA, 2009).

A leitura de René Zavaleta, assim como de Guillermo O'Donnell, permite reflexões sobre as conjunturas tanto de constituição quanto de dissolução de regimes autoritários (e suas respectivas condições históricas, sociais e políticas), bem como dos Estados na América Latina. Embora democracia, autoritarismo e Estado estejam entre preocupações de diferentes teóricos políticos modernos e contemporâneos, entendemos que as contribuições destes dois autores são relevantes para a reflexão e teorização situada

sobre América Latina, para disputar os modos autoritários da política do continente e de seus diferentes países, bem como para pensar em alternativas emancipatórias possíveis.

Ambos os autores compreendem a relação Estado-sociedade para além de duas esferas separadas. Na verdade, um produz (e intervém n) o outro, sendo co-constitutivos (CABALUZ, 2018; O'DONNEL, 1996; ZAVALETA, 1984). Para Zavaleta (1984), visões estruturalistas e instrumentalistas do Estado não abrangem sua complexidade e especificidade histórica. Na crítica às primeiras, entende que o poder e suas estruturas não podem ser entendidos por si; às segundas, entende que, embora garanta relações sociais capitalistas, o Estado não é sempre a expressão de um mesmo segmento da sociedade. Há, entre Estado e sociedade civil, uma relação complexa. Não se trata de esferas independentes, nem de uma relação linear e estática – a articulação entre sociedade civil, Estado e mediações passa por uma variabilidade de formas (aqui, importa a noção de equação social) (CABALUZ, 2018; DUVOISIN, RANINCHESKI, 2019).

O teórico boliviano, ao abordar a especificidade e a problemática do Estado na América Latina, aborda três elementos: construção de Estados nacionais específicos e sociedades abigarradas, formas de relação Estado-sociedade e existência de momentos constitutivos ou crises orgânicas – quando o que é passa a ser o que é. Fica evidente que, embora não siga uma teoria geral do Estado, não ignora a importância e utilidade de generalizações e a existência de regularidades. Ademais, enfatiza, como se viu, a historicidade e especificidade do país abordado (CABALUZ, 2018; DUVOISIN; RANINCHESKI, 2019; TAPIA, 2009).

O arcabouço teórico e conceitual de Zavaleta veio sendo atualizado e, em especial na Bolívia, categorias como formação social abigarrada ou abigarramento estiveram no centro de processos políticos, enquanto narrativas e/ou práticas, dos governos de Evo Morales e Alvaro Garcia Linera, e na construção do Estado plurinacional, embora este contenha diversas contradições que extrapolam os objetivos deste texto. O abigarramento está muito relacionado à questão nacional que, segundo o autor, foi mal resolvida (ou mesmo não resolvida) em muitos países. Ainda, a relação do nacional com o internacional, do abigarramento com a dependência, foi posta pelos termos zavaletianos para além da estrutura centro-periferia: se, obviamente, se inter-relacionam, essa relação não é homogênea entre diferentes países nem linear no espaço-tempo (CABALUZ, 2018). Em outras palavras, a dependência não é a mesma e o nacional não é um só – pensamento que parece simples e óbvio, mas que tem importantes consequências analíticas, teóricas e militantes.

APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS ACERCA DA CONJUNTURA BRASILEIRA

A partir do exposto, pretende-se lançar luz à atual conjuntura do Brasil. É necessário pontuar, antes de seguir, que não se busca de forma alguma esgotar as análises, o que não iria condizer com o tamanho ou com a proposta deste texto. Entende-se que a importância de revisitar e atualizar o pensamento desses autores dialoga não só com a necessidade de entender o tempo presente para além do senso comum, mas também com o imperativo de que alternativas e reflexões emancipatórias e democráticas sejam forjadas empírica e teoricamente – para além da utopia – para um tempo futuro, ainda mais em momentos sombrios de avanço autoritário. Ressalta-se, assim, a importância de sínteses não só teóricas, mas políticas, no seio de espaços de disputa por outras políticas e sociedades.

Em relação ao caso brasileiro, as categorias autoritarismo e fascismos são mobilizadas de forma frequente por parte da opinião pública, correndo certo risco da vulgarização dos termos que tem peso simbólico e material para a análise sociológica. Faz-se necessário pensar as relações de produção, bem como as inter-subjetivas, que sustentariam tal argumento. Para tal, traremos alguns pontos conjunturais sob o prisma dos autores aqui apresentados, buscando compreender como suas perspectivas conceituais podem se aproximar ou distanciar de nossa realidade material.

Existem relações econômicas específicas de caráter alarmante. Apesar das diferentes posições ocupadas pelo Estado, em sua forma autoritária, nas obras supracitadas, em ambos os quadros observa-se o discurso de inferiorização dos arranjos latino-americanos em relação ao poder econômico externo à região. Ainda, veicula-se a tônica de privatização e internacionalização como regra de crescimento econômico. Isto por conta de, em 2019, presenciarmos diversos esforços capazes de conformar algumas das condições de consolidação de uma forma autoritária de governo.

Exemplo disso é o plano de privatização e venda de dezessete empresas nacionais dos setores de infra-estrutura, petróleo e gás, telecomunicações e logística. As propostas de vendas foram apresentadas em modalidade de pregão, que configura um tipo de licitação que visa o menor preço – agindo em benefício da capitalização sobre o ganho nacional. Além da baixa precificação, as vendas, quando realizadas de forma conjunta, podem conter em um mesmo pregão diferentes modalidades de produção e circulação de bens – do setor de extração à prestação de serviços. Como foi o caso anunciado em agosto

de 2019, no qual em um só pregão foram articuladas vendas de ações do Banco do Brasil, Eletrobrás e Telebras .

De início, podemos estabelecer um par de análises discursivo entre a postura da pasta econômica do governo de Jair Bolsonaro com o argumento de Zavaleta (2006), no qual a inserção mundial passa pela transnacionalização da economia em detrimento de relações que fortaleçam a veia latino-americana pela institucionalidade. E, ainda, pela modalidade escolhida para as vendas, priorizando a velocidade e o baixo custo para a captação de grandes grupos empresariais estrangeiros, em consonância com o argumento de O'Donnell (1996). Trata-se da tendência da sociedade global contemporânea, que não apenas garante a dominação estrutural, mas beneficia a forma oligopolística de dominação, onde grupos burgueses passam a deter diferentes níveis da produção nacional. Importante ressaltar que tais práticas não são inauguradas no presente momento e remontam a um conjunto de ações iniciadas na década de 1990, sob governo de Fernando Henrique Cardoso. O ponto é que, com o decorrer do tempo histórico e social, tal prática manteve estabilidade até a presente gestão, tendo seu aprofundamento como ponto destoante.

Dando continuidade à avaliação dos parâmetros teóricos apresentados, dois pontos destacam-se na articulação dos autores no que diz respeito ao monopólio estatal do uso da força. Primeiramente, devemos nos atentar ao que coloca Zavaleta (1996) quanto às pautas de segurança pública e ao discurso acerca do medo. O autor argumenta que um governo de aportes autoritários apresenta posicionamento ideológico vinculado à Doutrina de Segurança Nacional, agindo de forma tal que esta seja o objeto majoritário de seus posicionamentos oficiais. Sabe-se do elogio aos regimes autoritários por parte do atual Poder Executivo, seguido de fortes afirmações que julgam como necessária uma intervenção militarista frente a determinados eventos de desequilíbrio institucional. Este posicionamento, que por si conformaria uma ideia de “não governabilidade democrática” (ZAVALETA, 2006), é sustentado por ações chaves do gabinete formado por Jair Bolsonaro.

De acordo com apontamentos da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP-FGV) do início do mandato – cujos dados de pesquisa foram retirados de redes sociais – o assunto mais regularmente relacionado ao governo atual seria a segurança pública. Este se apresenta circunscrito pelo discurso da autodefesa e o combate ao crime organizado, por meio de esforços de sanção do porte e da posse de armas por civis e a postulação de uma série de ações intituladas “Pacote Anti-Crime”,

proposto pelo Ministro da Justiça, Sérgio Moro. Os alvos de tais ações podem ser categorizados em dois grupos de forma mais geral: os criminosos “inimigos” da sociedade civil e os criminosos “inimigos” do poder público, aos quais a solução seria a postulação das duas propostas supracitadas, respectivamente. Trata-se do uso imagético e discursivo do perigo do “outro” que se opõe à normatividade social, sustentado por uma possível “generalização do terror” (ZAVALETA, 2006) para inflamar o apoio da sociedade civil a tais medidas, ainda que institucionalmente estas estejam em disputa.

Na tentativa de garantir a oxigenação de seu argumento durante tal processo de disputa, Bolsonaro age corroborando um requisito julgado por O’Donnell (1996) como fundamental para a instauração do autoritarismo burocrático estatal: a entrada de organizações especializadas nas práticas de coerção em setores decisivos da administração estatal. Em menos de um ano de mandato, Bolsonaro compôs seu gabinete contando com oficiais militares em oito de seus vinte e dois ministérios. Estes conformam nomeações não filiadas que não condizem com uma formação tecnocrata do gabinete; são no total dezoito ministérios sob o comando de não filiados.

Isto nos indica uma articulação política complexa, na qual o presidente apresenta menor afinidade com seus próprios companheiros do antigo partido e mais afinidade com as organizações coercitivas do Estado, além de agentes oriundos de grandes grupos empresariais, organizações religiosas e juristas interessados. Não por coincidência, o atual presidente se desligou do partido ao qual pertencia na corrida eleitoral – Partido Social Liberal (PSL) – e busca fundar um novo partido – a Aliança Pelo Brasil - que recentemente foi apresentado sob o lema: “Deus, pátria e família”. E ainda, um ponto imagético se destaca, dentre as primeiras aparições dos articuladores do partido, sua sigla foi apresentada em uma estrutura feita a partir de cartuchos de balas, afluindo em simbolismo e materialidade o discurso armamentista que interpela tal organização.

Apresentadas as informações acima, ainda existem ponderações necessárias para a adoção dos conceitos de projeto fascista e Estado Burocrático Autoritário sob as condições postuladas por Zavaleta (2006) e O’Donnell (1996) respectivamente. Existem, de fato, algumas ações institucionais que contribuem para a aproximação das noções ao governo em curso no Brasil. Dentre estas destacam-se as interações entre instituições nacionais e poder econômico internacional, o recrudescimento do poder militar através da ocupação de cargos de gestão pública e a tônica contínua do medo que converge tons de conspiracionismo ao problema da segurança pública.

Colocados os casos, sabe-se em quadros gerais que 12,5 milhões de brasileiros se

encontram em situação de desemprego. No que diz respeito aos trabalhadores empregados, segue o desafio de equilibrar-se economicamente devido ao precário aumento salarial, que não sofreu reajuste real. Tais fatos aprofundam o cenário cada vez mais notável de precarização das formas de trabalho no Brasil. E, por conseguinte, dado o quadro de condições de O’Donnell (1996) – apresentado anteriormente –, tal conjuntura acarretaria logicamente na exclusão econômica e social, principalmente no que diz respeito às classes populares.

Entretanto, em que ponto poderíamos identificar sinais de verticalização do poder e supressão dos direitos? Em que momento a questão econômica encontra a questão dos direitos sociais, em especial no que tange as relações entre Estado e sociedade? Recentemente, o ministro da economia, Paulo Guedes, evocou atos institucionais – mais especificamente o Ato Institucional 5 – de caráter ditatorial como resposta às críveis insurgências pelo esgotamento das formas de reprodução mais básicas do capital. Configura-se o elogio e o recurso à verticalização do poder, e a supressão não apenas econômica, mas política da sociedade. Esta já é permeada pela despolitização frente à contínua ignorância acerca do peso discursivo nostálgico conservador e da reconfiguração mito de uma ditadura que solucionaria a crise do cenário nacional. A negação da história – e do diálogo entre Estado e sociedade – dá o tom das declarações oficiais.

O aumento do exército de reserva, baixos salários e aprofundamento da pobreza, segundo o histórico de mobilizações, seriam capazes de levantar críticas ao governo já classificado como ruim desde este primeiro ano. A resposta condiz com o que Zavaleta (2006) classificaria como “suspensão das articulações políticas desde baixo”, num cenário em que ameaças visam a sufocar a resposta das classes populares. A retórica do medo e a criação constante de inimigos públicos da “pátria, Deus, e família” podem sustentar sua base civil, os conhecidos como 30% de Bolsonaro, mas até quando? E a que custo?

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aproximações da conjuntura e das contribuições teóricas de O’Donnell e Zavaleta não buscam esgotar análises, como dito, mas pensar na atualização dos autores em questão e aprofundar uma leitura crítica acerca do atual momento da política brasileira. Entretanto, precisamos nos atentar para as relações sociais e de produção que sustentam e habitam o ambiente burocrático para não simplificar noções tão complexas na gestão de Jair Bolsonaro. Existem aportes discursivos, ideológicos e extra Poder

Executivo que também contribuem para o quadro aqui apresentado.

Ademais, a leitura dos dois autores nos suscita diferentes questões acerca da contemporaneidade latino-americana, que conformam agenda de pesquisa futura - e por isso essa conclusão é aberta. Com relação a propostas políticas à esquerda do espectro político, como aliar política hegemônica com proposta emancipatória? Pensando no espectro à direita, como se constituem, atualmente, essas novas formas autoritárias e quais semelhanças e diferenças guardam com formas autoritárias anteriores no continente? O giro à direita que se vê no continente, em um novo ciclo político, tem realmente características de projetos fascistas? A mobilização da violência será capaz de conter a resposta e possível revolta popular? E, no caso do esgotamento de sua retórica, seriam as ameaças colocadas em práticas e do projeto fascista a construção de um Estado de caráter Burocrático Autoritário?

Essas questões parecem importantes para pensar alternativas democráticas e emancipatórias para os Estados e sociedades latino-americanos e, em última instância, para atualizar a teoria social e política do continente. Neste trabalho, procuramos apresentar duas definições canônicas cuja base material empírica e analítica é constituída por grandes eventos de virada política, cujos efeitos são de emergência e impacto global, embora pensados a partir de realidades concretas. Movidas pelo ânimo analítico conjuntural e de compreender os arranjos e os rumos da jovem democracia brasileira e do autoritarismo em nosso país, esperamos ter contribuído de alguma maneira para a discussão.

Referências

AGUDELO, Katherine. Violencia política y Estado. Lecturas de René Zavaleta Mercado sobre política autoritaria en América Latina. **RAIGAL: Revista Interdisciplinaria de Ciencias Sociales**. Paris, 1, p. 8-22, 2016.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; QUINTANEIRO, Tania. Max Weber. In: QUINTANEIRA, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira. **Um toque de Clássicos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CABALUZ, J. Fabian. La especificidad del Estado en América Latina: apuntes a partir de la obra de René Zavaleta Mercado. **Izquierdas**, Santiago, 38, p. 240-256, 2018.

DUVOISIN Lauro; RANINCHESKI, Sonia. O conceito de Estado em René Zavaleta e a influência de Antonio Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, 13, 1, p. 106-125, 2019.

O'DONNELL, Guillermo. **El Estado Burocrático Autoritario: Triunfos, derrotas e crises**". Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1996.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A democracia impedida. O Brasil no Século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017, 188p.

TAPIA, Luis. Prólogo. IN: ZAVALETA, René. **La autodeterminación de las masas**. Compilado por Luis Tapia. Bogotá: CLACSO, 2009.

ZAVALETA, René. Notas sobre fascismo, dictadura y coyunturas de disolución. **Revista Mexicana de Sociología**, Cidade do México, XLI, 1, p. 75-85, 1979.

_____. **Cuatro conceptos de la democracia**. Bases 1: expresiones del pensamiento marxista boliviano, México, p. 101-124, 1981.

_____. El estado en América Latina. **Ensayos**, v.1, UNAM, p. 59-78, 1984.

_____. Formas de operar el Estado en América Latina (bonapartismo, populismo, autoritarismo). IN: IBARGÜEN, Maya; MÉNDEZ, Norma de los Ríos. (Coords.). **René Zavaleta Mercado: Ensayos, testimonios y re-visiones**. México: CIDES / UMSA, 2006, p. 33-54.

6. Resenha de O retorno da sociedade – Política e interpretações do Brasil, livro de André Botelho

Leonardo Nóbrega⁹
Felipe Macedo¹⁰
Lidiane Soares¹¹

O livro “O Retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil” é uma coletânea de artigos escritos ao longo de vários anos por André Botelho, alguns deles em parceria, agora editado e compilado pela Vozes, acrescido de uma apresentação inédita do próprio autor, que evidencia a linha mestra da organização. O presente texto é fruto do debate, ocorrido no dia 18 de novembro de 2019, promovido pelo Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), na ocasião do lançamento do livro.

O sociólogo britânico Anthony Giddens (1984) se apropria da acertada imagem proposta por Wright Mills de que a contribuição da sociologia ao mundo moderno seria a da “imaginação sociológica”. Essa imaginação, desdobra Giddens, se dá a partir de três elementos específicos, o que ele chama de sensibilidade histórica, antropológica e crítica. A sensibilidade histórica seria capaz de levar em consideração os processos de conformação das instituições sociais de forma a se estabelecer uma compreensão de

⁹ Pesquisador de pós-doutorado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Possui título de doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e é pesquisador vinculado ao NETSAL.

¹⁰ Doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pesquisador vinculado ao NETSAL.

¹¹ Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Político da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), bolsista do CNPq- Brasil e pesquisadora vinculada ao grupo de Pensamento Político Brasileiro e Teoria Política (BEEMOTE) e ao Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP). E-mail: lidianerevieira@gmail.com.

caráter diacrônico; a sensibilidade antropológica, de caráter sincrônico, deve reconhecer a existência de formas distintas de organização da sociedade, propondo-se ao exercício constante de se evitar uma visão etnocêntrica; já a sensibilidade crítica deveria ser capaz de manter a atenção voltada às formas de injustiça social incrustadas na forma como organizamos o mundo social. “O Retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil” lança mão de todos esses três elementos.

O livro é uma espécie de materialização de esforços reflexivos que vêm sendo realizados por vários anos a partir de pesquisas realizadas pelo autor, que busca sintetizar e articular suas agendas de pesquisa dos últimos anos. O conceito central dessa articulação, que consolida a dimensão histórica da pesquisa sociológica, é a noção de “sequências”. Trata-se de uma categoria analítica de caráter diacrônico que leva em consideração processos de vinculação cognitiva que permitem relacionar interpretações distintas observando seus aspectos de semelhança e diferença. A metáfora, apropriada do universo musical, estabelece, como sintetizado pelo autor, um “movimento de repetição com diferença”, o que permite superar a velha dicotomia, cara à parte significativa do pensamento social brasileiro, entre texto e contexto.

O conceito, explicado na Apresentação, é desenvolvido na primeira parte do livro e sustentado empiricamente pela análise dos e das autoras e obras que compõem a Sequência estudada. A segunda parte procura trazer questões levantadas pelo enfoque da Sequência e, a partir daí, busca bases e convenções que delineiem a Sociologia Política enquanto área de estudo. A terceira, por fim, desenvolve questões teórico-metodológicas vinculadas ao estudo dos intelectuais e da política, advogando por uma sistematicidade empírica que permita mapear a produção de conhecimento em diferentes aspectos.

O capítulo que abre o livro, intitulado “Sequências de uma sociologia política brasileira” reconstitui, de forma primorosa, as vinculações e descontinuidades na análise da relação entre público e privado como marca da cultura política, da sociedade e do Estado brasileiro. Partindo do livro *Populações meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Vianna, tece os fios que o levam até a análise de Maria Sylvia de Carvalho Franco em *Homens livres na ordem escravocrata*, livro de 1964, passando pelas interpretações de Victor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz. A sociologia política serve de enquadramento para a análise do pensamento social, buscando em interpretações canônicas, elementos explicativos para a relação entre sociedade e Estado.

Uma forma específica de abordagem dessa relação, centrada na tese do “baralhamento das esferas pública e privada” como marca constituinte da história

brasileira, é o elemento que estabelece a conexão cognitiva entre os diferentes autores abordados, mesmo distados geracionalmente ou situados em *linhagens* de pensamento distintas em classificações que tomam em conta outros elementos. A diferença de conceitos como o grifado, que expressam principalmente conexões político-institucionais entre pensadores e pensamentos, o conceito de sequência expressa continuidades na produção de sentidos sobre as sociedades, recorrências nas formas interpretativas que por vezes escapam às clivagens mais contextualista.

Se o primeiro capítulo remete às continuidades, os três seguintes apontam as particularidades ou descontinuidades de autores específicos, elucidando o debate entorno dos temas em que divergiam ou traziam para o centro da análise. Cada um tomou a constatação geral, do baralhamento público-privado, como um problema empírico em seus casos e então voltaram-se a interpretações mais gerais sobre construção do Estado-nação, dilemas de ação coletiva, dominação política, entre outros.

A relação entre o particular e o universal se estabelece aí como uma questão incontornável, remetendo àquela sensibilidade antropológica da imaginação sociológica abordada por Giddens. Conceitos como os de insolidarismo, coronelismo, mandonismo e dominação pessoal – para ficarmos nos quatro autores citados há pouco – não devem ser tomados como categorias residuais a serem recalçadas pelo processo de modernização, mas como elementos fundamentais da constituição da sociedade brasileira. Estas interpretações têm muito a nos ensinar quando se trata de formular as perguntas corretas e os enquadramentos teóricos necessários para compreender as relações sociais que dão suporte às instituições do Estado.

A sociologia política proposta por André Botelho é, nesse sentido, essencialmente crítica. Partindo de um diagnóstico do tempo presente, em que reconhece a presença de elementos autoritários na construção social contemporânea da democracia no Brasil, busca dar inteligibilidade a esse processo a partir de insights obtidos no passado. É nesse sentido que explica a ideia de “retorno da sociedade” escolhida para o título. Trata-se, como sugere o autor, de

voltar a atenção para aquilo que, mesmo recalçado, pôde estar sempre presente em meio aos avanços institucionais democráticos: a velha sociedade brasileira, historicamente marcada por valores e práticas sociais e culturais autoritários de socialização e de orientação das condutas, de afirmação das hierarquias nas mais diferentes relações sociais e de reiteração das desigualdades. (BOTELHO, 2019, P. 15)

Tudo isso compreendido não de forma essencializada e imutável, mas como significativo para uma experiência democrática que carece de interpretação. Esta

colocação fundamental, que nem sempre se tem em vista na teoria sociológica, ancorada em uma teoria da reflexividade, leva às últimas consequências a proposição de que as ideias participam da construção social, não só a partir de seu caráter cognitivo, mas também, e sobretudo, de modo normativo. Estabelecer interpretações do país significa não apenas elaborar uma explicação de seus elementos sociais a partir de enfoques teórico e metodológico específicos, mas de disputar seus rumos, levando a sério a noção de dupla-hermenêutica e sua vinculação com processos de ação coletiva. A proposta de construção de um programa forte para o pensamento social brasileiro é explicitada no último capítulo do livro e concretiza um convite à construção coletiva de uma agenda de pesquisas, sugerindo tomar a vinculação entre ideias, intelectuais e sociedade como problema efetivo de pesquisa.

Dois elementos foram sugeridos no debate da mesa no intuito de contribuir ou agregar ao programa de pesquisa proposto: 1) a dimensão da produção e circulação de ideias para além do território nacional, por um lado; e 2) os vínculos com formas específicas de materialização e distribuição de conhecimento.

Os textos compilados no livro têm como foco interpretações elaboradas no e sobre o Brasil. O centramento nacional é, então, o elemento privilegiado, embora sempre atento a dinâmicas externas. Recorrendo ao programa de pesquisa em sociologia histórica e comparada elaborada por Charles Tilly, vincula-se a proposta de se pensar mecanismos de aclimação de configurações estatais exportadas da Europa em sua interação com os elementos sociais presentes nas ex-colônias. A particularidade de cada caso histórico, entretanto, não deve eclipsar a importância da comparação como método capaz de revelar aquilo que, ao se centrar em um caso particular, torna-se oculto.

Um programa de pesquisa em pensamento social deve, portanto, não só estar atento às realidades nacionais, mas às dinâmicas internacionais e transnacionais de produção e circulação de conhecimento. Nesse sentido, lembro a investigação sobre o Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), desenvolvida por nós aqui no NETSAL, reveladora, como se pode notar na fértil interação intelectual estabelecida entre Pablo Gonzales Casanova, Rodolfo Stavenhagen e Roberto Cardoso de Oliveira em torno de conceitos como os de colonialismo interno e fricção interétnica. Ou ainda Luiz de Aguiar Costa Pinto, primeiro diretor do CLAPCS, cujo estudo sobre *Lutas de Família no Brasil* (1949) é inscrito por botelho na sequência por articular o baralhamento público-privado aos processos de modernização e formação nacional brasileira. Depois da experiência na direção do centro, Costa Pinto dedicou diversos

trabalhos à comparação das experiências de modernização latino-americanas a que tinha contato por meio das redes intelectuais formadas na instituição (Macedo, 2017).

Os aportes da sociologia da cultura formam outro universo apenas parcialmente citado no livro, demandando contribuições que possam concorrer para uma verdadeira efetivação de um programa de pesquisa amplo. Tal como proposto pela interpretação elaborada por Maria Eduarda da Mota Rocha (2011), os estudos sobre mídia e demais intermediários culturais estabeleceram-se, no Brasil, como um “ponto cego” na sociologia da cultura. Dar materialidade às formas de inscrição e circulação das ideias, considerar a capacidade de indução de debates e agendas de pesquisa por editoras, revistas e demais formas de publicação de conhecimento, é levar adiante à proposta lançada por Botelho e André Bittencourt, em capítulo que trata das anotações deixadas por Oliveira Vianna, do reconhecimento da dimensão que Giorgio Agamben chama de “o antes do livro”. São elementos que dizem respeito não só à cozinha da produção intelectual, com suas ambiguidades, vacilos, erros e acertos, mas também às ingerências editoriais, capazes de influenciar de forma decisiva a consolidação de um texto, estabelecer os rumos de sua recepção e a reverberação que suas ideias terão no debate público (Silva, 2019).

O livro de Botelho surge, portanto, como contribuição fundamental a chamar a atenção para a importância de não se descuidar da dimensão histórica e comparada da pesquisa sociológica. Desse modo, consolida-se como uma referência central na construção de um programa de pesquisas de pensamento social, aberto a elaborações e tensionamentos que possam contribuir com a consolidação de seus objetivos.

Referências

BOTELHO, André. **O Retorno da Sociedade: Política e interpretações do Brasil**. 1ªed. Petrópolis: Editora Vozes. 2019.

GIDDENS, Anthony. Sociologia: questões e problemas. In: “**Sociologia: uma breve porém crítica introdução**”. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

MACEDO, Felipe. B. **Uma Sociologia das Ciências Sociais Latino-americanas: o CLAPCS como movimento intelectual periférico**. 201f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2017.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. Em busca de um ponto cego: notas sobre a sociologia da cultura no Brasil e a diluição. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, p. 1689–1699, 2011.

SILVA, Leonardo Nóbrega da. **Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)**. 2019. 288f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

7. Apêndice

Desde a edição n.4, publicamos um apêndice com a finalidade de sistematizar as atividades de pesquisa do NETSAL. Em poucas páginas, a intenção foi construir uma visão de conjunto do trabalho realizado nos mais diferentes formatos, como a publicação de livros individuais e coletivos, o lançamento de iniciativas editoriais próprias, a organização de seminários de debate acadêmico e político e a circulação de pesquisadores visitantes no núcleo. A ideia de preservar essa memória através de um registro anual foi então acolhida pela coordenação. Por ser a publicação que mais amplamente dialoga com nossas linhas de discussão ao longo do ano, o Dossiê Temático foi o veículo escolhido para abrigar essa retrospectiva.

Eventos:

No dia 12 dia de agosto, Benjamín Tejerina, da Universidad del País Vasco, apresentou a conferência “**Ações coletivas colaborativas e mudanças nas sociedades contemporâneas**”, no Ciclo de Palestras do IESP/UERJ a convite do NETSAL.



The poster features a decorative background on the left with a grid pattern of orange and blue floral motifs. To the right, the text is as follows:

 **IESP.UERJ**
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Ciclo de Palestras 2019
Benjamín Tejerina
Universidad del País Vasco

Ações coletivas colaborativas e
mudanças nas sociedades contemporâneas

Segunda-Feira
Dia 12 de Agosto
14h

No dia 19 de agosto, Arturo Alvarado, do Colegio de México, participou do Ciclo de Palestras do IESP/UERJ a convite do NETSAL e ministrou a palestra “**El impacto de los intelectuales exiliados en la sociología mexicana y latinoamericana**”.



IESP.UERJ
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Ciclo de Palestras 2019
Arturo Alvarado
El Colegio de Mexico

El impacto de los intelectuales exiliados en la sociologia mexicana y latinoamericana

Segunda-Feira
Dia 19 de Agosto
14h

Entre 17 e 18 de outubro, ocorreu no IESP/UERJ e no IFCS/UFRJ o Seminário “**Teoria Social Latino-americana: emancipação e novos horizontes**”, organizado pelo Grupo de Trabalho “Teoría Social y Realidad Latinoamericana” do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).



GRUPO DE TRABAJO/GRUPO DE TRABALHO CLACSO

LA TEORÍA SOCIAL LATINOAMERICANA: EMANCIPACIÓN Y NUEVOS HORIZONTES
A TEORIA SOCIAL LATINO-AMERICANA: EMANCIPAÇÃO E NOVOS HORIZONTES

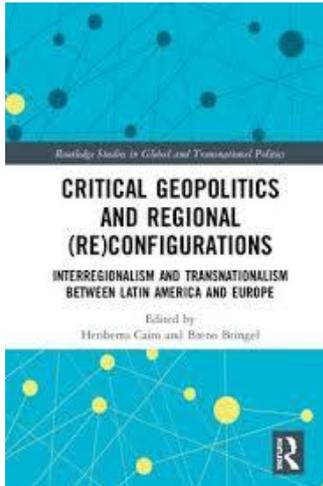
TERCER ENCUENTRO/TERCEIRO ENCONTRO
RIO DE JANEIRO, 17-18 de OUTUBRO - 2019

Promoção: PPGS-IFCS-UFJ, IESP-UERJ E DIREITO UERJ
Apoio: FAPERJ/CAPES/CLACSO
IFCS-UFRJ: Largo de São Francisco de Paula, 1, Centro
IESP-UERJ: Rua da Matriz, 82, Botafogo



Livros:

Breno Bringel organizou, junto com Heriberto Cairo, o livro “**Critical Geopolitics and Regional (Re)Configurations**”, publicado pela editora Routledge.



Junto com Antonio Brasil Jr., Breno também organizou a “**Antologia do Pensamento Crítico Brasileiro**”, publicado pela editora do CLACSO.



José Maurício Domingues publicou o livro “**Critical Theory and Political Modernity**” pela editora Palgrave Macmillan.